

## A FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM KANT: A EXISTÊNCIA DE UM PROPÓSITO OCULTO NA NATUREZA

Daniel Richardson de Carvalho Sena<sup>1</sup>, Victor Leandro Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal do Amazonas  
(daniel.sena@ifam.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Amazonas  
(vlsilva@uea.edu.br)

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a teoria kantiana da história, pautada por uma finalidade estabelecida pela natureza. A realização deste estudo se deu mediante um conjunto de fontes bibliográficas que serviram de base teórico-conceitual para dialogar com as ideias propostas. Para Kant seria possível compreender o reino dos acontecimentos humanos como um universo ordenado, isto é, existiria uma metafísica teleológica oculta na natureza. Segundo esse ponto de vista, o homem possuiria a capacidade de superar desafios e aperfeiçoar-se, sendo que este aperfeiçoamento mostrar-se-ia em geral na espécie e não de forma isolada no indivíduo, o que, talvez, num futuro distante, desembocaria num estado cosmopolita universal onde poderiam ser desenvolvidas todas as disposições da espécie humana.

**Palavras-chave:** Teleologia, Natureza, Indivíduo, Civilização.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the Kantian theory of history, guided by a purpose established by nature. This study was carried out through a set of bibliographic sources that served as a theoretical-conceptual basis in order to dialogue with the proposed ideas. For Kant, it would be possible to understand the realm of human events as an ordered universe, that is, there would be a teleological metaphysics hidden in nature. According to this point of view, man would have the ability to overcome challenges and improve himself, and this improvement would show itself in general in the species, but not through an isolated way in the individual, which, perhaps, in the distant future, would lead to in a universal cosmopolitan state where all the dispositions of the human species could be developed.

**Keywords:** Teleology, Nature, Individual, Civilization.

1 Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - UFAM; Professor de Filosofia – IFAM

2 Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM; Professor de Filosofia – UEA

## INTRODUÇÃO

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) formula uma teoria que apresenta o reino dos acontecimentos humanos como um universo ordenado, ou seja, existiria uma metafísica teleológica oculta na natureza. Para Kant, as ações humanas na história devem ser consideradas à luz das determinações naturais, pois apesar de todos os erros da humanidade e de uma aparente inexistência de sentido para suas ações, haveria um propósito na natureza onde todos trabalham para a sua realização mesmo desconhecendo do que se trata.

O objetivo deste escrito consiste, portanto, em analisar a teoria kantiana sobre a história e discutir questões como liberdade, lei natural e progresso, que estão imbricadas a ideia de uma finalidade estabelecida pela natureza para os homens no exercício de sua livre vontade.

## A ABORDAGEM KANTIANA DA HISTÓRIA

A filosofia da história de Immanuel Kant se concentra no pequeno texto intitulado “A Ideia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita” (publicado em 1784), composto por nove proposições que tratam do homem enquanto indivíduo, do Estado e de uma possível unidade das nações.

Conforme Kant (2004, p. 5), todas as disposições naturais dos seres seguem uma teleologia. Esse fato é inerente a todos os animais, sendo possível constatar sob qualquer aspecto que possa ser observado. Aceitar o oposto seria uma contradição à doutrina de uma finalidade da natureza, o que impossibilita qualquer existência de leis naturais e de um fio condutor racional.

Em relação ao homem, a única criatura racional, as disposições naturais convergem para o uso da razão. Tais disposições, porém, “florescerão na espécie e não no indivíduo” (KANT, 2004, p. 5). Desse modo, para se chegar a um progresso racional são necessários exercícios e ensinamentos que lhe permitam se aproximar aos poucos de graus de inteligência mais elevados. Porém, o homem carece de muito tempo para aprender a usar todas as suas capacidades naturais e a natureza não lhe dá o tempo necessário. Será preciso, então, um número indefinido de gerações que transmitam umas às outras os seus conhecimentos para que a espécie humana chegue ao seu ápice.

Para Kant (2004), não há extravagância no modo que a natureza age para a realização de seus fins, pois ela deu ao homem a capacidade de raciocinar e a liberdade para escolher. Ao dotá-lo de tais predicados, seus intentos se evidenciam. Os propósitos da natureza se mostram ainda no fato de que as gerações anteriores sempre cumprirão penosas tarefas em função das posteriores. Tal fato leva a crer que a felicidade pertença apenas às gerações vindouras, pois o homem, mesmo

sendo dotado de razão, é um ser mortal, mas sua espécie não. Assim, a plenitude de seu desenvolvimento e de suas disposições será atingida na espécie e não no indivíduo.

O meio pelo qual a natureza realiza o desenvolvimento dessas disposições é o antagonismo. Trata-se da insociável sociabilidade dos homens. Kant explica que essa insociabilidade é a “tendência de entrar em uma sociedade que está ligada em oposição geral e que ameaça constantemente se dissolver” (KANT, 2004, p.8). O homem apresenta uma inclinação a ser sociável e se sente melhor vivendo num Estado organizado, capaz de garantir certa segurança ao processo de desenvolvimento de suas disposições naturais. Porém, ao mesmo tempo possui a tendência de separar-se: ele também é insociável e deseja conduzir tudo em proveito próprio, gerando oposições por todos os lados. O ser humano quer projeção e deseja dominar seu semelhante.

Essa tendência à oposição é o que faz com que o homem supere a preguiça e o comodismo e busque a proteção. A força motriz deste processo consiste na dominação e na cobiça frente aos seus semelhantes, os quais não suporta, mas não pode deles prescindir. Sobre o antagonismo ao qual o homem está sujeito e que possibilita o desenvolvimento de suas potencialidades, Giannotti (2004) explica que

O antagonismo peculiar à espécie humana, aquele capaz de subordinar todas as outras oposições reais, é a sociabilidade insociável. O instinto de sociedade é contrabalançado por uma propensão ao isolamento, mas isso unicamente porque cada um, ao mesmo tempo em que é atravessado por um vetor em direção ao outro, se coloca como fim em si, portanto como podendo, ao menos progressivamente, tirar de si mesmo as forças necessárias para manipular suas próprias tensões. Convém sublinhar que não temos apenas duas forças contrárias atuando num mesmo plano e que poderiam se anular e confinar cada indivíduo num imobilismo. O instinto de sociedade força o indivíduo a se associar com outro e, em contraparte, é o indivíduo como um todo racionalmente existente que domina suas tendências e as põe em função de seus interesses egoístas. De um lado, um simples vetor, de outro uma atividade reflexionante e totalizante, que se opõe à tensão do instinto. (GIANNOTTI, p. 148, 2004).

É através da insociabilidade e das oposições que a natureza atinge o desenvolvimento das disposições naturais do ser humano, iniciando a passagem da brutalidade à cultura e determinando o valor social do homem. A consequência desse processo é o desenvolvimento de todos os talentos humanos, pois sem a insociabilidade, da qual surgem oposições, os talentos estariam ocultos e não haveria desenvolvimento algum.

Para Kant, devemos agradecer à natureza, pois nela se produz a vaidade que resulta na competitividade. Ora, sem a oposição, excelentes disposições naturais permaneceriam ocultas num sono eterno. Pela natureza a espécie ganha, pois

ela é responsável pela discórdia e pela competitividade que anima o homem no processo de seu desenvolvimento. Nas palavras do próprio Kant: “O homem quer a concórdia, mas a natureza sabe o que é melhor para espécie: ela quer a discórdia” (KANT, 2004, p. 9).

Conforme a teoria kantiana da história, o pleno desenvolvimento de todas as disposições humanas, que é o mais alto propósito da natureza, só poderá ser alcançado em uma sociedade que permita a máxima liberdade. Entretanto, essa máxima liberdade poderá gerar um antagonismo entre seus membros. Segundo Kant (2004), surge daí a necessidade de se estabelecer uma constituição civil perfeitamente justa, capaz de constituir leis que limitem a liberdade em função da liberdade de todos. Apenas pela união civil é que a humanidade alcançaria maior desenvolvimento com suas inclinações.

A necessidade constitui o fator que força os homens a entrar nesse estado de coerção, pois, devido a suas inclinações, não será possível viverem muito tempo em um estado de liberdade ilimitada. É necessário, portanto, o exercício da autodisciplina da insociabilidade para que a espécie se desenvolva adequadamente e possa fazer uso de sua liberdade. Sobre esse aspecto, Kant faz uma analogia entre os homens e as árvores:

Assim como as árvores num bosque, procurando roubar umas às outras o ar e o sol, impelem-se, a buscá-los acima de si, e desse modo obtém um crescimento belo e apumado, as que ao contrário, isoladas e em liberdade, lançam os galhos ao seu bel prazer, crescem mutiladas, sinuosas e encurvadas (KANT, 2004, p.11).

A insociabilidade que compromete as relações entre os indivíduos também se encontra presente nas relações entre os Estados, ou seja, o antagonismo se mostra como o fator que possibilitará a edificação de uma constituição civil perfeita e a existência de um Estado cosmopolita. Desse modo, alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito para Kant será, ao mesmo tempo, “o problema mais difícil e o que será resolvido por último pela espécie humana” (KANT, 2004, p. 11). Essa dificuldade reside no fato do homem ser um animal que vive entre seus semelhantes e que abusa de sua liberdade, pois, apesar de ser racional, ele é egoísta e busca sempre meios para se beneficiar.

O ser humano, por conseguinte, tem a necessidade de um senhor que o obrigue a obedecer a uma vontade universalmente válida, condição para que todos possam ser livres. Porém, este senhor, por ser homem, também está sujeito às mesmas inclinações egoístas que fazem parte da natureza humana e, conseqüentemente, precisa também de um senhor do mesmo modo que os outros indivíduos. Portanto, o supremo chefe da sociedade deverá ser justo por si mesmo e ainda ser um homem. Kant afirma que “essa tarefa é a mais difícil de todas; sua solução parece impossível” (KANT, 2004, p.12).

Apenas uma aproximação à ideia de perfeição ordenada pela natureza constituiria uma possibilidade e, para que esta ideia se realize, seriam necessários alguns elementos, como a existência de conceitos exatos da natureza de uma constituição possível, uma grande experiência adquirida por meio dos acontecimentos do mundo e uma boa vontade em aceitar essa constituição. Contudo, esses três pontos são muito difíceis de ser encontrados juntos e quando isso acontecer (ou se acontecer) ocorrerá muito tarde, após várias tentativas frustradas.

Para Kant (2004), a insociabilidade que força os homens a estabelecer leis também é causa das relações entre Estados, pois pela liberdade ilimitada de cada Estado deve se esperar os mesmos males que oprimem os indivíduos e os obrigam a seguir uma constituição civil. Desse modo, a relação entre os Estados deve ser resolvida para que seja possível o estabelecimento de uma constituição civil perfeita.

A natureza se serve sempre da incompatibilidade dos indivíduos e dos Estados para promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento da humanidade e isso ocorre por meio dos males advindos de guerras e de misérias. A solução para evitar as tristes experiências provenientes da oposição entre os homens e, por conseguinte, entre os Estados, está na razão. Kant afirma que o esgotamento total das forças internas, oriundo dos conflitos, conduz os Estados àquilo que a razão os levaria sem ser preciso passar por tristes experiências, isto é, a uma confederação de nações:

Sair do Estado sem leis dos selvagens para entrar numa federação de nações em que todo Estado, mesmo o menor deles, pudesse esperar sua segurança e direito, não da própria força ou do próprio juízo legal, mas somente desta grande confederação de nações, de um poder unificado e da decisão segundo leis de uma vontade unificada. (KANT, 2004 p.13)

Tal ideia de confederação pode ecoar fantástica, porém, ela é a saída inevitável das misérias e dos conflitos em que os homens e os Estados se colocam. É no conflito incessante, com efeito, na desestruturação e estruturação do Estado que se compõem um Estado civil autônomo e adequado. Conforme Kant (2004), os conflitos e as oposições são imprescindíveis para que o Estado possa entrar numa constituição civil, afinal os males provenientes de tais conflitos possibilitariam a elaboração de leis que equilibrariam os homens e os Estados. Esse seria o resultado da espécie que é livre no seu modo de constituição.

Kant (2004) reconhece a dificuldade da união entre os Estados, alega faltar muito para que os homens sejam considerados moralizados e livres de uma mera aparência ética. O filósofo de Königsberg enfatiza a necessidade da formação interior e do modo de pensar e de agir dos indivíduos no seio das sociedades. Neste ponto

é possível perceber um reflexo de suas ideias éticas onde o indivíduo autônomo deve ser impelido por um princípio racional comum a todos, de modo que a ação do sujeito deva se reportar a uma lei de observância universal.

De acordo com esta teoria, a espécie humana caminha para a realização de um plano oculto da natureza em direção à constituição política, sendo o desenvolvimento pleno da humanidade em todas as suas disposições o fim ao qual se almeja. Porém, resta saber se a experiência revela algo deste curso na própria natureza.

Conforme Kant (2004), a experiência revela muito pouco, de modo que é possível estabelecer uma analogia com os corpos celestes e a dificuldade que temos em conceber todos os seus movimentos e relações. Todavia, não deve existir indiferença para com os fins da humanidade, pois através de nossas disposições racionais podemos acelerar a chegada de tempos mais felizes para nossos descendentes.

A história, portanto, é definida pela disposição da natureza humana e não está sujeita a vontades individuais, ela segue um propósito. Desse modo, a própria natureza busca meios para que o homem selvagem abdique de sua liberdade brutal e busque a tranquilidade e a segurança numa constituição conforme leis universais.

A natureza possui o intento de assegurar o progresso por meio do antagonismo entre os homens e os Estados e será o progresso o elemento que ampliará a liberdade dos indivíduos e dos Estados. Esse fato proporcionará aos homens alcançar o esclarecimento (*Aufklärung*). Assim, depois de várias revoluções e transformações, finalmente um dia a natureza poderá chegar ao seu propósito supremo: um Estado cosmopolita universal.

Sobre o universalismo na Filosofia da História kantiana, Scruton (2011) se refere a Kant como o “profeta do universalismo esclarecido”. Afirma que o filósofo de Königsberg acreditava numa única natureza humana universal, à qual se deveria apelar durante o exame da legitimidade e da autoridade de nossos ordenamentos específicos. Scruton ressalta ainda que Kant em sua Filosofia da História avança mais que os outros iluministas ao sugerir no inscrito “À Paz Perpétua”, de 1795, o primeiro argumento sistemático em favor de uma forma universal de governo. É a Kant que se deve a ideia de uma federação de nações, concepção presente na estrutura moderna da legislação institucional contemporânea que tem como modelo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Curiosamente na obra “À Paz Perpétua” Kant retoma uma ideia presente em sua Filosofia da História: a de que a natureza realiza o desenvolvimento humano por meio da oposição das disposições humanas na sociedade. O mesmo alega que a garantia da paz entre as nações se dá por intermédio de uma finalidade da natureza, independente da vontade dos homens: “(...) é nada menos do que a grande artista natureza (*natura daedala rerum*), em cujo curso mecânico transparece visivelmente

a finalidade de fazer prosperar a concórdia pela discórdia dos homens, mesmo contra a sua vontade” (KANT, 2008, p. 42).

Kant (2004) afirma ser um projeto estranho e aparentemente absurdo o de querer redigir uma história segundo a ideia de como deveria ser o curso do mundo sob uma adequação a fins racionais. Porém, se a natureza age de acordo com uma finalidade, essa ideia seria bastante útil, pois apesar de nós seres humanos sermos bastante míopes para enxergar suas disposições secretas, tal ideia poderia nos servir de fio condutor para expor, ao menos em linhas gerais, um propósito oculto nas ações humanas.

Argumenta Kant (2004) que ao contemplarmos a história (ao menos aquela que possui autenticidade) e observarmos a formação dos corpos políticos, será possível encontrar um curso regular do aperfeiçoamento gradativo da humanidade e de sua constituição política. Considerando nesse curso a constituição civil, as leis e a relação entre os Estados, percebe-se que mesmo temporariamente houve uma elevação intelectual dos povos que, por meio dos vícios que lhe são inerentes, acabaram destruindo todo o processo. Porém, sempre permanece um princípio de aprimoramento após cada conflito e o aperfeiçoamento geral se mantém.

O aperfeiçoamento gradativo constitui o fio condutor que serve de esclarecimento das coisas humanas. Nele também se encontra o propósito de corroborar com as futuras mudanças políticas e alcançar um estado de desenvolvimento plenamente esclarecido onde os germes que a natureza pôs no homem poderão se desenvolver inteiramente.

É possível afirmar que a História em Kant é composta por uma teleologia, uma perspectiva onde os fins da natureza são íntimos aos fins da razão. Essa tentativa de elaborar a história universal do mundo consiste, segundo Kant, em um “projeto de redigir uma história segundo uma ideia de como deveria ser o curso do mundo, se fosse adequado a certos fins racionais” (KANT, 2004, p. 19-20).

## **DOBRAMENTOS SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM KANT**

Por meio de suas reflexões na obra “A Ideia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita”, Kant coloca a História no centro do interesse filosófico. De acordo com Mondin (2009), essa afeição de Kant pela história é uma decorrência de sua Filosofia Crítica, pois, sendo negada ao ser humano a capacidade de atingir valores metafísicos absolutos, torna-se natural a recolocação do homem como medida de todas as coisas e, conseqüentemente, vem à tona uma valorização dos questionamentos sobre a história humana e suas implicações.

Em sua Filosofia da História, Kant permanece fiel ao projeto iluminista na perspectiva da crença em um progresso intelectual, moral e social, isto é, uma profunda confiança nos poderes emancipatórios da razão. Constata-se também

que o mesmo se mantém firme na busca por um fio condutor *a priori*, semelhante ao que está presente nos escritos sobre a razão especulativa e sobre a razão prática.

Kant busca encontrar esse fio condutor capaz de permitir uma compreensão da dinâmica histórica pelo homem que, imerso no devir dos acontecimentos, possuiria a capacidade de superar desafios e de se aperfeiçoar. Este aperfeiçoamento se consolidaria na espécie e não de forma isolada no indivíduo, o que num futuro distante talvez possibilite o surgimento de um Estado cosmopolita universal, onde poderão ser desenvolvidas todas as disposições da espécie humana.

É possível afirmar que Kant distingue a “história” propriamente dita, composta apenas empiricamente (a história composta de fatos) de uma “história do mundo”, que de certa forma possui um fio condutor *a priori*. Conforme Terra, a filosofia da história de Kant busca e afirma um sentido para o devir.

A filosofia da história, a *Weltgeschichte*, não é apenas composta pelo acúmulo de fatos, nem depende apenas de um tipo de ordenação, nem diz respeito a uma menor ou maior amplitude na abordagem de diferentes povos e civilizações, não consiste na comparação dos costumes dos povos, não busca apenas as causas das instituições que existiram; a filosofia da história busca e afirma um sentido para o devir. (TERRA, 2004, p. 44-45).

Neste sentido, Kant pretende compor uma história segundo a ideia de que o curso do mundo segue finalidades ditadas pela razão, ou seja, o devir dos acontecimentos segue uma racionalidade inerente à natureza.

De acordo com Pereira (2008, p. 111) a Filosofia da História em Kant está embasada em dois pressupostos oriundos do seu modo de fazer ciência e filosofia: a convicção de que na história, semelhante à natureza, as coisas se passam de acordo com leis e a tese de que o gênero humano, apesar de todos os retrocessos e estagnações, encontra-se num constante progresso para o melhor.

De fato, Kant entende a ciência de forma positiva ou fenomênica, isto é, a mesma obedece a leis. Gianfadoni e Micheletto (2014) afirmam que o seu parâmetro científico é Newton. Kant aceita as ideias newtonianas de que a natureza é mecânica, sujeita a leis, e a percepção deste fato é determinada por condições rigorosamente humanas. Porém, é preciso ressaltar que a noção de História na obra “A Ideia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita” deve ser compreendida como uma **investigação do sentido das ações humanas e não** propriamente como uma ciência autônoma, pois não é possível fazer ciência do comportamento moral do indivíduo nem da espécie. O devir histórico possui racionalidade e age independente da vontade humana. Desse modo, o objetivo da História para Kant aqui seria encontrar sinais da natureza nas ações coletivas da espécie humana.

Quanto à noção de progresso, a mesma é um dos temas capitais da doutrina histórica kantiana. O progresso deve ser compreendido como uma função cada vez mais aperfeiçoada da cultura humana e não como o mero desenvolvimento

e aplicação da técnica. O progresso sob este ponto de vista ocorrerá apenas se o homem seguir as finalidades da natureza.

Terra (2004, p. 48) afirma que o progresso dependerá mais daquilo que a natureza humana forçará os homens a fazer do que de sua ação consciente. Nesta perspectiva, a razão é um atributo humano que possui um vínculo muito forte com a natureza em geral e, como foi dito, não haverá progresso se a cultura humana estiver em contradição com os fins da natureza.

A ideia de progresso no pensamento kantiano abrange também a moralização do homem. De acordo com Pereira (2008, p. 116) o progresso deve ser compreendido sob o ponto de vista do desenvolvimento de uma ordem social onde reina a paz entre os homens e do desenvolvimento das potencialidades humanas, devendo ser anterior a qualquer expansão de cunho econômico ou de exploração científico-tecnológica sobre a natureza física. O progresso é o melhoramento da humanidade como um todo e não o domínio da natureza.

Existem, porém, alguns pontos que parecem abertos ou mesmo contraditórios nessa teoria, quando a mesma abrange a liberdade humana: Se as ações humanas são determinadas pela liberdade, como os acontecimentos da cultura obedecerão a leis? Se existe uma única ordem para a natureza, como os homens agem de forma diferente? Onde está a liberdade se o homem está condicionado pela natureza?

Sobre o conflito de ideias entre a liberdade e o curso da natureza, Mondin salienta que na filosofia da história de Kant [...]

[...] a liberdade não é algo de originário, mas é conquistada mediante uma luta contínua contra o determinismo da natureza, e nunca é totalmente atingida. O progressivo desenvolvimento em direção ao ideal de liberdade não pode ser separado do complexo dos impulsos ligados ao determinismo natural do mundo fenomênico. É somente na sociedade, isto é, na unidade de homens que governam a própria liberdade em conformidade com a lei, que os impulsos inferiores podem ser subordinados ao pleno desenvolvimento da liberdade, e com isso da verdadeira humanidade. (2009, p. 225).

O desenvolvimento da civilização implica a disciplina dos instintos e o estabelecimento da sociedade civil pela natureza, tendo em vista o desenvolvimento das disposições humanas e a construção da liberdade conforme uma lei racional.

Para uma melhor compreensão da ideia de liberdade na perspectiva kantiana é necessário examinar sua relação com os conceitos de vontade e dever presentes na obra "Fundamentação da Metafísica dos Costumes" de 1788, que contém os elementos básicos da moral de Kant.

Kant (1984) entende por vontade como sendo a razão prática, isto é, a faculdade de agir segundo a representação de regras formais. O homem é o único dentre todos os seres capaz de possuir uma vida moral, pois suas ações são resultados do exercício de uma boa vontade. Porém, a vontade humana não é perfeita e, desse

modo, para agir conforme os ditames da razão, ela precisará obedecer ao dever. Para Kant (1984, p.112) “o conceito de dever contém em si o de boa vontade”.

Nesse sentido, por brotar como um respeito ao dever, é que a boa vontade pode ser considerada boa. A noção de dever na moral Kantiana possui uma natureza normativa. Abbagnano (1998, p. 266), explica que para Kant “o dever é a ação cumprida unicamente em vista da lei e por respeito à lei. Por isso é a única ação racional autêntica, determinada pela forma universal da razão”.

Sob este ponto de vista, as ações humanas só poderão ser consideradas morais se forem executadas conforme as ordens da razão. O elemento chave é o princípio que determina a ação, não importando o seu resultado ou fito. Assim, a moral é algo estritamente interior, sem nenhuma determinação sensível, ou seja, ela não poderá vir da experiência.

A finalidade da ação humana, portanto, será obedecer ao dever, isto é, respeitar as determinações de uma lei imposta pela razão. Para Kant a razão é universal, está presente em todas as pessoas e, desse modo, existe a possibilidade de que todos os seres humanos obedeçam aos princípios da lei da razão. Entretanto, a razão humana não é perfeita, ela está sujeita às inclinações pessoais e a influências externas. Para que os homens sigam os ditames da razão é preciso que sejam forçados por ela. Assim, a lei racional surge como um Imperativo Categórico, uma ordem incondicional dada pela razão a todos.

Na ética kantiana, os princípios de uma boa conduta são evidentes a todos os seres racionais, ou seja, qualquer indivíduo é capaz de saber se sua ação terá valor universal. Basta perguntar a si mesmo se agir de determinada maneira valerá para todos: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1984, p. 129).

Quanto à liberdade, Kant (1984) a concebe como parte constitutiva de todos os seres racionais, pois as leis da moralidade são estabelecidas racionalmente a todos os indivíduos dotados de racionalidade. O homem é livre porque exerce a vontade (razão prática), que, por sua vez, deriva do exercício da razão. Portanto, o ser humano é livre porque é racional. Por conseguinte, a liberdade consistiria numa aut causalidade. Para Kant, a razão

[...] tem de considerar-se a si mesma como autora dos seus princípios, independentemente de influências estranhas; por conseguinte, como razão prática ou como vontade de um ser racional, tem de considerar-se a si mesma como livre; isto, a vontade desse ser só pode ser uma vontade própria sob a ideia da liberdade, e, portanto, é preciso atribuir, em sentido prático, uma tal vontade a todos os seres racionais. (KANT, 1984, p. 150).

O conceito de moralidade está imbricado à ideia de Liberdade. Todavia, pondera Kant que a liberdade não pode ser demonstrada como algo real, mas apenas como uma suposição:

[...] vimos somente que temos que pressupô-la se quisermos pensar um ser como racional e com consciência da sua causalidade a respeito das ações, isto é, dotado de uma vontade, e assim achamos que, exatamente pela mesma razão, temos que atribuir a todo o ser dotado de razão e vontade esta propriedade de se determinar a agir sob a ideia da sua liberdade (KANT, 1984, p.151).

Para Kant, é na ideia de liberdade que se acha o princípio de autonomia da vontade. A possibilidade da ideia de liberdade, por conseguinte, confirmar-se no fato de que o homem possui racionalidade e estabelece leis fundamentadas na razão. Desse modo, somente conceberá a causalidade de sua própria vontade sob a ideia da liberdade. Logo [...]

[...] à ideia da liberdade está inseparavelmente ligado o conceito de autonomia, e a este o princípio universal da moralidade, o qual na ideia está na base de todas as ações de seres racionais como lei natural está na base de todos os fenômenos. (KANT, 1984, p.154)

A autonomia da vontade corresponde ao direito de dirigir-se conforme as próprias leis. É a capacidade de governar a si mesmo sem a intervenção de outrem. De tal modo, o fato de que a liberdade só poderá ser concebida através da reflexão moral, encerra como pressuposto o imperativo de que o ser racional possui consciência de sua vontade.

Kant (1984, p. 159) explica que a liberdade é uma ideia cuja objetividade não pode ser exposta por leis naturais, nem por meio da experiência possível ou por qualquer analogia. Entretanto, afirmar que é impossível conhecer a liberdade, mas apenas pressupô-la, não constitui negar sua existência. É preciso compreendê-la como algo possível, pois a liberdade é a condição da lei moral. Nesta perspectiva, livre é aquele capaz de agir de acordo com as leis da razão, isto é, todo ser racional pode dar a si mesmo a própria lei para a ação e também será capaz de obedecer-lhe.

Na ética kantiana, as leis morais se aplicam a todos os indivíduos dotados de racionalidade, pois a razão prática é a mesma para todos em todos os lugares. Além disso, a questão em torno da liberdade como autonomia está diretamente associada à ideia de uma legislação moral: as sociedades também podem seguir os imperativos da razão, pois elas são compostas de autônias individuais capazes de erigir e cumprir suas próprias leis.

Pereira ressalta que o aperfeiçoamento moral da humanidade por meio da razão será o fator que possibilitará o progresso humano no devir histórico e enfatiza a importância do esclarecimento neste processo.

A grande aspiração kantiana é que a humanidade atinja um aperfeiçoamento geral. Isso para ele significa que a sociedade deve se tornar um todo moral. Em sua concepção, o processo de moralização da sociedade fundamentada na razão deve ser visto como mais nobre do que toda cultura e civilização do homem. Ele acredita

que o esclarecimento seja o meio mais eficaz e viável para que haja na humanidade em geral um processo de moralização. E implícito nesse processo de moralização do homem mediante a razão, encontra-se a real possibilidade do gênero humano estar em progresso. Sendo assim, ele se esforça para inserir a razão em todas as dimensões da vida humana, a fim de lhe conferir um domínio definitivo, crente de que sem ela a humanidade está sujeita a não progredir. (PEREIRA, 2008, p. 109)

Como já foi dito, o filósofo de Königsberg é fiel ao projeto iluminista na perspectiva de um progresso intelectual, moral e social e será o esclarecimento condição e caminho deste progresso. Kant (2005, p. 115) compreendia o esclarecimento como a saída do homem de sua menoridade, a renúncia da própria incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outros. É pelo esclarecimento que se pode chegar à autonomia, ou seja, determinar-se em conformidade com uma lei própria dada pela razão e exercer a liberdade.

Em sua teoria sobre a História, Kant pretende aplicar uma ordem ou lei geral tanto aos indivíduos quanto aos Estados e isto será possível mediante o aprimoramento do modo de pensar dos homens na sociedade: uma humanidade esclarecida poderá alcançar o progresso e desenvolver todas as potencialidades e chegar a realizar um Estado cosmopolita.

É possível afirmar que apenas uma metafísica poderia explicar as questões em torno do exercício da liberdade humana e das determinações e propósitos da natureza no curso da história, pois, apesar de livres, os homens obedecem às leis naturais, mas, sabendo da existência dessas leis, a humanidade poderia caminhar de forma mais segura.

A História e a cultura, portanto, são domínios de acontecimentos que seguem uma racionalidade. Segundo Kant (2004), restaria surgir um homem (fruto desse desenvolvimento imposto pela própria natureza) capaz de descrever o comportamento humano na história de modo semelhante a Kepler e Newton, na astronomia e na física, respectivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das ideias kantianas sobre a possibilidade da existência de um fio condutor racional inerente aos acontecimentos do mundo, é possível afirmar que para o filósofo de Königsberg o conjunto da história humana está imbricado à realização de um plano oculto da natureza.

Segundo essa teoria, todas as disposições humanas estariam destinadas a se desenvolverem completamente, não no indivíduo de forma isolada, mas na espécie e dentro de uma sociedade capaz de proporcionar a liberdade e as condições necessárias para a realização desse processo. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário o estabelecimento de uma constituição política perfeita tanto interna como externamente, isto é, em relação ao próprio Estado quanto aos outros.

As ideias contidas no texto intitulado “A Ideia de uma História Universal do Ponto de vista Cosmopolita” propõem uma lei civil perfeita fundada na razão. Tais ideias parecem ser um ideal inalcançável, porém, o simples fato de ser admissível a sua possibilidade poderia nos fazer agir como se pudéssemos alcançar esta lei, ou seja, mesmo que não seja possível chegar a este ideal o ser humano deveria se pautar nele. Contudo, esse tema é apenas uma conjectura.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GIANFADONI, M. H. T. A., MICHELETTO, N. As possibilidades da razão: Immanuel Kant. IN: ANDERY, M. A. P. A., et. Al. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

GIANNOTTI, J. A.. Kant e o espaço da história universal. In KANT, Immanuel, **A Ideia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KANT, I. **A Ideia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KANT, I. À paz perpétua. Tradução: Marco Zingano. Porto Alegre: L & PM, 2008.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores).

KANT, I. **Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?** In: Kant - Textos seletos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MONDIN, B. **Curso de Filosofia. Volume 2**. 11ª Ed. São Paulo: Paulus, 2009.

PERERIRA, J. A. **A ideia de progresso em Kant**. Revista Tempo da Ciência, Unioeste, Toledo, Paraná. (15) 30: 107-119, 2008.

TERRA, Ricardo Ribeiro. Algumas questões sobre a Filosofia da História em Kant. In KANT, Immanuel, **A Ideia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCRUTON, Roger. **Kant**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L & PM. 2011.